

EMBAIXADA DO BRASIL EM SAINT JOHN'S
RELATÓRIO DE GESTÃO (2011 - 2018)
EMBAIXADOR RAUL CAMPOS E CASTRO

Estabelecida pelo Decreto n.º 6.777, de 22 de fevereiro de 2009, a Embaixada do Brasil em Saint John's foi chefiada pelo embaixador Brian Michael Fraser Neele, de 20 de janeiro de 2010 a 18 de maio de 2011, e pelo embaixador Raul Campos e Castro, de 15 de dezembro de 2011 a 4 de dezembro de 2018. Nos demais períodos, servidores do Serviço Exterior Brasileiro exerceram a encarregatura de negócios, até o fechamento do Posto, em março de 2019. Este relatório refere-se ao período de gestão do embaixador Raul Campos e Castro, encerrado em dezembro de 2018, bem como à encarregatura de negócios exercida pela conselheira do quadro especial da carreira de diplomata, Eliane Gama e Abreu de Andrade, até março de 2019.

2. As relações bilaterais caracterizam-se pelo diálogo cordial e pela aproximação, sobretudo a partir da abertura da embaixada residente em Saint John's (2009) e da Cúpula Brasil-CARICOM (Brasília, 2010).

3. O Brasil é visto com simpatia pela população das ilhas gêmeas e há especial identificação com as expressões culturais do futebol e do carnaval.

4. Durante o período em que funcionou, a embaixada em Saint John's foi instrumento para a ampliação e aprofundamento da agenda bilateral, havendo intermediado a negociação de acordos, como os de Cooperação Educacional (2010); Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço (2010); Cooperação em Matéria de Defesa (2014); e Isenção de Vistos de Turismo e Negócios (2014).

5. A embaixada participou da organização da bem sucedida primeira visita ao Brasil do primeiro-ministro Gaston Browne. Na ocasião, Browne assistiu à partida final da Copa do Mundo de 2014 e participou do Encontro Presidencial Brasil-China-Quarteto da CELAC-Países da América do Sul-México, na qualidade de presidente pro tempore da CARICOM.

6. Em 2017, a embaixada acompanhou o debate entre a situação e a oposição a respeito da suposta utilização de banco offshore antiguano para o pagamento de favores pela construtora brasileira Odebrecht a autoridades locais.

7. Em 2019, no contexto de renovada estratégia diplomática brasileira para o Caribe Oriental, que busca compatibilizar a presença na área com a otimização e racionalização dos recursos disponíveis, as atividades da embaixada em Saint John's foram encerradas. Ao comunicar ao governo antiguano a referida decisão, a embaixada manifestou a intenção do governo brasileiro de preservar a solidariedade e a amizade que caracterizam o relacionamento bilateral. Expressou também o propósito de intensificação e aprofundamento das iniciativas que conformam o patrimônio conjunto das relações entre os dois países. Em resposta, o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comércio Internacional e Imigração manifestou o firme interesse do governo antiguano

de aprofundar o relacionamento e de seguir promovendo a cooperação mútua em todos os setores.

Cooperação técnica

8. A cooperação técnica é uma das dimensões mais importantes do relacionamento do Brasil com o Caribe. O Programa Bilateral Brasil-Antígua e Barbuda tem como marco jurídico a assinatura do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre ambos os governos, em 17 de agosto de 1982. Sob sua égide, desenvolveram-se, com apoio da embaixada, projetos de cooperação técnica no âmbito bilateral até 2015. As iniciativas sofreram redução a partir daquele ano, devido a diversos fatores, entre os quais a escassez de recursos orçamentários brasileiros.

9. Realizou-se em 2019, em Bridgetown, Barbados, o *workshop* "Compartilhando Experiências Nacionais em Acesso e Repartição de Benefícios da Biodiversidade: O Caso Brasileiro". Participaram representantes de oito países caribenhos, inclusive Antígua e Barbuda. O curso teve por objeto o aprimoramento da regulamentação do acesso a recursos genéticos e de sua exploração sustentável. A partir da experiência brasileira, os países envolvidos tiveram a oportunidade de compartilhar conhecimentos sobre o tema e identificar áreas passíveis de iniciativas de cooperação.

Defesa

10. A embaixada apoiou as negociações que levaram à assinatura, em 2014, do Acordo-Quadro de Cooperação na Área de Defesa, por ocasião da visita ao Brasil do ex-ministro da Defesa antiguano, Errol Cort. O documento prevê parceria em pesquisa e desenvolvimento, compartilhamento de conhecimentos, ações conjuntas de treinamento, apoio logístico e aquisição de produtos.

11. Em 2014, o navio de transporte Almirante Saboia aportou em Saint John's. Durante sua estadia, foram realizados, com apoio e acompanhamento da embaixada, programas esportivos e de ação comunitária conjunta por parte da tripulação e de membros das forças antiguanas.

12. Em 2015, foi realizada visita operativa dos navios patrulhas Bracuí, Bocaina e Macau, no âmbito da Comissão CARIBEX. Em 2017, novamente no âmbito da CARIBEX, navios patrulha visitaram Antígua. Na ocasião, o Comandante da Flotilha manteve encontro protocolar com o chefe das Forças de Defesa de Antígua e Barbuda, Coronel Sir Trevor A. Thomas. Militares brasileiros realizaram também a pintura de edifício do complexo hospitalar Clarevue, em contexto de projeto de assistência à comunidade local.

Cooperação energética

13. A geração elétrica em Antígua e Barbuda depende de combustível importado, o que torna seu preço ao consumidor um dos mais caros da região. O petróleo refinado, fornecido majoritariamente pelos EUA (63%), representa 14% do total de importações. O país integra também a iniciativa Petrocaribe.

14. A embaixada acompanhou os esforços dos membros da CARICOM e especialmente de Antígua e Barbuda para ampliar a participação de fontes renováveis em suas matrizes energéticas. Nesse contexto, sempre indicou às autoridades locais a

permanente disposição do Brasil de compartilhar sua experiência nesse tema, sobretudo nas áreas de biocombustíveis e aproveitamento hidrelétrico.

A dívida antiguana com o Brasil

15. Em 2011, Brasil e Antígua e Barbuda firmaram Memorando de Entendimento sobre a renegociação da dívida antiguana (US\$ 20 milhões), seguindo fórmula adotada entre o país e credores reunidos no Clube de Paris em 2010 (reescalonamento, sem perdão). O contrato de reestruturação de dívida não chegou a ser assinado, e, em 2017, o país indicou que não reconheceria a dívida com o Brasil, alegando que esta teria sido contraída pelo governo anterior, e que teria havido ruptura de contrato em 1982 por parte do Brasil, que fez desembolso apenas parcial do crédito previsto. Na visão brasileira, essas alegações não eliminam a obrigação antiguana de pagar a parte do crédito recebida, e o governo brasileiro espera que o tema possa ser encaminhado no âmbito do Clube de Paris, onde busca atuar de modo a favorecer tratamento adequado à dívida antiguana.

Comunidade brasileira

16. A embaixada em Saint John's não logrou identificar brasileiros residentes no país. Viajantes brasileiros passaram pelo país em turismo esporádico de curta duração, muitas vezes a bordo de navios de cruzeiro ou de embarcações particulares de menor porte.

Comércio bilateral

17. Em 2018, a corrente de comércio bilateral registrou importante crescimento, tendência que se repetiu em 2019. As exportações brasileiras para Antígua e Barbuda aumentaram 222% de 2017 para 2019, saindo de US\$ 7,7 milhões para um total de US\$ 24,8 milhões.

18. Produtos brasileiros competitivos, como carne de frango e bovina, são adquiridos pela população por meio de conexões comerciais geralmente com os Estados Unidos. Nesse contexto, a embaixada atuou junto a diversas autoridades do governo e à mídia local a fim de prestar esclarecimentos sobre as medidas adotadas pelo governo brasileiro no contexto de irregularidades apontadas na operação Carne Fraca (2017).

POLÍTICA EXTERNA

19. Antígua e Barbuda é país membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). Os Estados Unidos são seu maior parceiro comercial. Reino Unido e Canadá, por sua vez, são as principais fontes de investimentos para o setor de turismo e dos fluxos de turistas.

20. Merecem destaque a cooperação bilateral com países como Japão (bolsas de estudo e aparelhamento do complexo pesqueiro), Cuba (bolsas de estudo, assistência médica e de engenharia hidráulica e de transportes), Venezuela (Petrocaribe e aportes financeiros para programas sociais) e China (bolsas de estudo, investimentos, cooperação e empréstimos para obras públicas).

Venezuela

21. A embaixada acompanhou o aprofundamento das relações com a Venezuela, particularmente relevantes em razão da dependência do petróleo daquele país. Antígua e Barbuda aderiu à iniciativa Petrocaribe, em 2005, e à Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), em 2009.

22. Em 2006, a PDVSA e a PDV Caribe Antígua & Barbuda assinaram contrato de fornecimento de combustíveis. O esquema permitiu compra de combustíveis através de empréstimos amortizados no prazo de 25 anos, a juros de 2%.

23. Antígua e Barbuda e Venezuela assumiram, por intermédio da PDVSA, o controle da refinaria de St. John's, de propriedade da West Indies Oil Company (WIOC). Em março de 2015, a então chanceler da Venezuela, Delcy Rodriguez, assinou com o primeiro-ministro Gaston Browne acordo para aquisição, pela Venezuela, de 25% de participação no capital da WIOC.

China

24. Antígua e Barbuda foi o primeiro país do Caribe Oriental a estabelecer relações diplomáticas com a China. O primeiro-ministro Browne realizou visita oficial àquele país em agosto de 2014. Na ocasião, foi negociado pacote de medidas de apoio ao desenvolvimento e assinados acordos de cooperação financeira, econômica, técnica e educacional.

25. Ao longo de seu período de funcionamento, a embaixada pôde observar o crescimento dos investimentos chineses. A China é o maior investidor em infraestrutura e financiou a construção do novo aeroporto de Saint John's. A obra representou significativo avanço em infraestrutura aeroportuária. Estima-se que o terminal, com capacidade inicial de 1,5 milhão de passageiros por ano, esteja apto a atender ao fluxo turístico esperado para os próximos 30 anos.

26. No final de 2016, o governo de Antígua e Barbuda recebeu empréstimo chinês de US\$ 100 milhões para a primeira fase das obras de revitalização do porto de Saint John's. O projeto, no valor total de US\$ 200 milhões, é financiado pelo Eximbank chinês, com execução a cargo da *China Civil Engineering Construction Corporation*. Adicionalmente, o governo chinês construiu a sede da Universidade de Antígua (parte da *West Indies University*), com aporte de US\$ 50 milhões.

27. Em outubro de 2016, foi anunciada a doação de US\$ 19 milhões no âmbito de ações de cooperação nas áreas de emergência e desastres naturais, recursos hídricos, eletricidade e esportes.

28. Em 2018, Antígua e Barbuda assinou memorando de entendimento no âmbito da iniciativa *Silk Road Economic Belt*, tornando-se um dos primeiros países do Caribe Oriental a integrar-se à iniciativa. O memorando visa a promover o intercâmbio de mercadorias, tecnologia, capital e pessoas, bem como a expansão do financiamento chinês a novos projetos de infraestrutura.

POLÍTICA INTERNA

29. A embaixada acompanhou e relatou atentamente a dinâmica da política interna de Antígua e Barbuda, regime parlamentar no qual a Rainha Elizabeth II (chefe de Estado) é representada localmente pelo governador-geral, enquanto o primeiro-ministro exerce a função de chefe de Governo.

30. Em 2014, o *Antigua Labour Party* (ALP) retornou ao poder, quando logrou vitória sobre o *United Progressive Party* (UPP), nas eleições gerais, conquistando 14 dos 17 assentos da Câmara Baixa. Gaston Browne, líder do partido desde 2012, foi então escolhido como primeiro-ministro, sucedendo Baldwin Spencer, do UPP. Dez anos antes, em 2004, a posse de Baldwin Spencer, havia colocado fim ao domínio de 60 anos da família Bird em Antígua e Barbuda.

31. A embaixada acompanhou de perto a realização, em 2018, de referendo proposto pelo governo para retirar do "*Judicial Committee of the Privy Council*", sediado em Londres, a competência de tribunal final de apelação para questões do país, e atribuir essa função à Corte Caribenha de Justiça, em Trinidad. De um total de 52.999 eleitores registrados, apenas 17.743 compareceram às urnas. Desse número, 52,07% (9.234) votaram contra a medida e 47,96% (8.509), a favor. Considerando o resultado da consulta, ficou decidido que o país permaneceria atrelado à Corte de Apelação do Reino Unido.

Eleições de 2018

32. A embaixada também observou e relatou o processo eleitoral de março de 2018. No pleito, o ALP obteve vitória em 16 das 17 circunscrições eleitorais, enquanto o partido de oposição UPP saiu vitorioso em apenas uma. Contribuíram para tanto os esforços da administração Browne para, em seu primeiro termo de governo (2014-2018), atrair investimentos internacionais e reduzir passivos financeiros.

ECONOMIA

33. A economia antiguana depende fortemente do turismo, que responde por 60% do PIB e por 40% dos investimentos. A produção agrícola é voltada sobretudo para o mercado interno e sofre com a escassez de água e de mão de obra.

34. Na década de 1990, o país enfrentou período de recessão, após três décadas de crescimento impulsionado pelo turismo. A passagem do furacão Luis, que atingiu a ilha em 1995, afetou severamente o setor turístico, e o PIB registrou recuo de 5%.

35. Em 2008, a economia antiguana foi duramente atingida pela crise econômica internacional, com queda significativa em receitas provenientes do turismo. A partir de então, a economia recuou 12% em 2009; 7,5% em 2010; e 1,95% em 2011.

36. A embaixada pôde observar e relatar o ciclo de recuperação iniciado em 2012, quando o país cresceu 3,3%. Após recuo de 0,5% em 2013, Antígua e Barbuda cresceu 3,8% (2014), 3,8% (2015), 5,5% (2016), 3,1% (2017) e 7,4% (2018).

37. Apesar da pouco numerosa população (aproximadamente 96 mil habitantes), o país destaca-se por elevada renda per capita (US\$ 26.400). Os investimentos estrangeiros em infraestrutura e as remessas de residentes no exterior constituem parte importante do PIB.

38. A embaixada acompanhou algumas das dificuldades estruturais da economia antiguana. Uma delas diz respeito à insuficiência de água e de eletricidade. O período anual de estiagem, especialmente durante os anos marcados pelo fenômeno *El Niño*, gera pesado ônus. Este decorre da necessidade de aumentar o volume de produção de água dessalinizada (para produção de alimentos e consumo humano e animal), dependente de usinas movidas (assim como as termelétricas) a combustível importado.

39. A situação foi agravada pela passagem do furacão Irma, que causou prejuízos estimados em 9% do PIB. Levantamento preliminar estima que mais de 95% das construções, sistemas de telecomunicações, linhas de transmissão de energia e demais infraestruturas básicas de Barbuda tenham sido comprometidos. Nesse cenário, foi necessário proceder à completa evacuação da ilha.

40. Os custos de reconstrução foram estimados, à época, em 15% do PIB. Consequentemente, a razão dívida/PIB aumentou para 87% (2017), acima da meta de 60% estipulada pela *Eastern Caribbean Currency Union*.